

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
SETOR LITORAL

ADAPTAÇÕES CURRICULARES NA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS PARA A
EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE PITANGA –PR.

MATINHOS

2014

ELAYNE CRISTINA HORODENSKI

ADAPTAÇÕES CURRICULARES NA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS PARA A
EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE PITANGA –PR.

Artigo apresentado Universidade Federal do Paraná Setor Litoral, para obtenção de nota parcial no curso de Especialização Latu Sensu Educação do Campo.

Orientadora: Prof. Flávia Motta Lima Guedes

MATINHOS

2014

SUMÁRIO

RESUMO	4
INTRODUÇÃO	5
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
METODOLOGIA	12
RESULTADOS E DISCUSSÃO	12
CONCLUSÃO E OU CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	16
ANEXOS	19

ADAPTAÇÕES CURRICULARES NA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE PITANGA –PR.

Horodenski, Elayne Cristina¹
elayne_horodenski@yahoo.com.br

“ É importante termos a atenção voltada para o modo de vida dos educandos, trazer a tona suas experiências aprender com eles. Pensar no aluno como referência na concepção do planejamento, pois creio que a aprendizagem torna-se mais clara, objetiva e de fato aprendida. ”²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar o histórico curricular da Educação do Campo, levando em consideração as diversas opiniões de autores, leis e a realidade das escolas do campo. Acredita-se que a educação é capaz de mudar o rumo de uma nação, então, usufruir da educação para o desenvolvimento humano é algo inevitável. Os povos do campo sempre ficaram a mercê das políticas públicas, sem possuir apoio ou incentivo para crescerem como cidadãos em seu próprio local de vida. Mas atualmente a realidade é outra, com os movimentos sociais os povos do campo começaram a questionar seus direitos e ir à busca deles, principalmente na área da educação, onde os próprios educandos questionam a igualdade dos currículos e métodos de ensino com as escolas dos centros urbanos. Eles possuem os mesmos direitos, mas necessitam de um currículo escolar adaptado para as suas reais necessidades. Com esse pensamento a escrita deste artigo foi concretizada na modificação curricular da disciplina de ciências de um sexto ano, provando que basta querer, ler e investigar para se obter mudanças necessárias para se ter uma escola do campo com qualidade.

Palavras-chaves: Educação do Campo, Currículo, ciências.

1 Bióloga e Educadora da escola pública e particular. graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTO. Especialização Latu sensu em Educação Especial com Ênfase em Psicopedagogia pela Universidade do Centro do Paraná – UCP. Especialização em Didática do Ensino Superior pela Universidade do Centro do Paraná – UCP.

2 Relato da professora Bruna Fabris, da disciplina de língua portuguesa do ensino fundamental do Colégio Estadual do Campo Padre Vitor Coelho de Almeida – EFM do Distrito de Rio XV de Baixo, município de Pitanga-PR.

INTRODUÇÃO

A LDB prevê que os conteúdos trabalhados devem ser adaptados de acordo com as reais necessidades dos educandos, respeitando seus interesses e se preciso sugere até alteração no calendário escolar de acordo com o ciclo agrícola de determinada região, no caso de escolas do campo.

No Brasil nunca houve a preocupação com o ensino regular no campo por parte da elite agrária. A culpa pela fragilidade do ensino sempre foi atribuída ao próprio povo do campo, que é considerado simples, e desprovido da necessidade de ter um conhecimento igual ou diferenciado ao povo urbano.

Em 1930, aconteceu um grande movimento pedagógico na área da educação rural, que defendia uma escola com currículos e métodos adequados às características de cada região. Parecia perfeito e semelhante ao que se busca hoje, mas na época, o grande objetivo era manter o povo do campo no campo, evitando o êxodo rural e conseqüentemente o aumento da pobreza nas cidades.

Ao final do século XX, este movimento pedagógico foi substituído pelo mesmo método de ensino utilizado nas escolas urbanas, sem se importar com o povo do campo e suas reais necessidades. Diante deste fato ficou evidente, que a educação no campo nunca teve a atenção merecida, simplesmente era tratada de acordo com as intenções comerciais momentâneas da época.

Diante da grandeza dos movimentos sociais envolvendo o campo, o setor político está melhorando a sua maneira de atender as reivindicações destes, oferecendo suporte para o desenvolvimento educacional dos povos do campo.

As escolas do campo são equipadas com os mesmos materiais pedagógicos que as escolas dos centros urbanos e normalmente compartilham os mesmos professores. Então não existe diferença entre estas escolas? Os educandos comungam os mesmos interesses? Os professores preparam apenas um tipo de aula, para ambas as escolas? São inúmeros os questionamentos que podemos fazer e inúmeras as respostas (desculpas) encontradas.

Os movimentos sociais estão aparecendo com tanta força e exigindo mudanças, que as escolas (equipe pedagógica, professores e funcionários) estão indo em busca de novas alternativas para melhorar a qualidade de ensino oferecida nas escolas do campo. Valorizar a cultura, conhecer o modo de vida dos educandos

e associar conteúdos do currículo básico à conteúdos de interesse local, são algumas das medidas pioneiras na intenção da melhora do setor da educação no campo e para o campo.

Portanto o presente artigo tem por objetivo fazer uma análise bibliográfica de diversos autores sobre o histórico da educação do campo, conceito de currículo e sugestões de adaptações para melhorar o currículo da disciplina de ciências.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205 – A educação é um direito de todos e dever do estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Partindo deste artigo, verificamos que a ideia de educação de qualidade e para todos é pensada desde a década de 80, mas infelizmente duas décadas depois ainda estamos a margem de conseguir concretizar esses ideais.

Quando nos referimos a Educação, deveríamos entender como algo igual para todos, respeitando apenas as diferenças cronológicas de cada educando. Infelizmente, não é esta realidade vivenciada, principalmente quando fica evidente a distância educacional entre o meio urbano e do campo.

Como afirma Leite (1999, p. 14):

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”.

Tenciona-se assim, um imaginário, de que para viver na roça, não era necessário ter estudo, o estudo ficava destinado ao homem da cidade que detinha mais inteligência do que o simples homem do campo. Estes pensamentos tornaram-se regras familiares onde desde pequenos eram educados com o pensamento de inferioridade em relação aos povos da cidade.

As políticas públicas do século XX não demonstravam interesse algum em melhorar as condições educacionais do campo, antes chamados “meio rural”. É possível afirmar isto, baseado em como era a educação nesta época, em alguns locais ainda são multisseriadas e isoladas da cidade, criando uma barreira enorme entre a cidade e o campo.

Segundo Leite (1999), “o forte movimento migratório ocorrido no país entre 1910 e 1920, é responsável por um olhar mais atento para a educação rural, onde desencadeou propostas que tinha por objetivo fixar o homem no campo. Deixando ele no campo, mas não com o objetivo de crescimento pessoal e sim amenizando a situação do êxodo rural”.

Em meados dos anos 90, os movimentos sociais, principalmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) ganharam destaque diante das lutas e questionamentos em relação à educação. Sugeriram a educação do campo voltada não somente a erudição, mas capaz de instruir e atrair os educandos com novas práticas pedagógicas.

Segundo Maria Antônia de Souza (2008), a emergência da educação do campo caracteriza-se pela ausência de escola, e de professor com formação para o trabalho com estes educandos. Há um cenário, onde existem poucas escolas, em sua maioria muito distante, colocando os educandos em situações de risco e de estresse e quando estes chegam à escola se deparam com educadores mal preparados e com conteúdos distantes de sua realidade.

Preocupados com este contexto, movimentos sociais, entidades educacionais e educadores se unem na busca de mudanças imediatas para a educação oferecida aos povos que vivem no campo. Uma educação mais atrativa e voltada na valorização dos povos do campo, principalmente dos pequenos agricultores que historicamente sente-se “menores” perante a sociedade.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, em seu artigo 28, apresenta a seguinte resolução:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I –

conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (Brasil, 1996).

Mais de uma década depois da implantação da nova LDB, podemos concluir que a educação rural no ponto de vista da legislação educacional foi detectada com esta lei, mas está longe de cumprir categoricamente seu artigo 28, principalmente no que diz respeito ao currículo e a metodologia.

Na sequência, houve a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo destacando a possibilidade de elaboração de propostas pedagógicas que valorizem na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso do avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas (Educ. Soc., vol.29, n.105).

Perante as leis, tudo organizado para uma melhoria na qualidade do ensino do campo. Necessitando da organização e disposição de todos os envolvidos na elaboração de novas propostas para um currículo adaptado e que respeite a cultura dos povos campo.

O Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96 diz:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (Indagações sobre Currículo, 2007 p. 06).

O currículo não pode ser visto como um documento pronto e acabado, deve possuir uma base comum, como apresentado acima, mas jamais ser entendido como um documento da escola que não pode ser alterado. O currículo

deve instigar desafios aos educadores, para que estes busquem sempre a implementação e as adaptações necessárias.

[...] o currículo como programa que proporciona conteúdos e valores para que os alunos melhorem a sociedade em relação à reconstrução social da mesma (Sacristan, 2000, p.14), - para o autor, existem várias impressões sobre currículo que devem ser consideradas, tais como político, ideológico, tenso, histórico, social, cultural e até mesmo econômico, mas em qualquer uma delas deve-se ressaltar o seu caráter político para que o educando se “encontre” dentro deste currículo e amplie seus conhecimentos para aplicar no meio em que está inserido.

Partindo dessa reflexão podemos enxergar a lacuna gigantesca existentes na educação do campo. Será que os currículos voltados a escolas do campo estão dentro do seu caráter político, respeitando o momento cultural e histórico daquele povo? Infelizmente depois de aproximadamente duas décadas de batalhas para a melhoria da qualidade de ensino para os educandos do campo a resposta é NÃO. Mas, estamos diante de novos estímulos, de educadores interessados e enxergando mais claramente as necessidades destes educandos.

Segundo Arroyo (2006), um projeto de educação do campo deve incluir uma visão mais rica do conhecimento e da cultura. O conhecimento prévio dos educandos é riquíssimo, e pode ser utilizado como preparo para o entendimento dos conteúdos científicos, tornando, a aula atrativa, e valorizando o conhecimento simples que associado ao científico transforma-se em algo riquíssimo.

A preocupação com a educação do campo ocorre em todo o Brasil, mas vem ganhando destaque no Estado do Paraná, com ações que orientam os educadores como trabalhar com a educação do campo. Dentre estas ações podemos citar as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (2006), que segundo a Superintendente da Educação, Yvelise Freitas de S. Arco-verde “a sua implantação e a sua efetiva implementação dependem de todos os que vivem a escola”.

No Estado do Paraná, em especial o município de Pitanga, vem sendo desenvolvido uma formação com educadores da educação do campo, através do Projeto de Extensão desenvolvido pela Coordenação de Educação do Campo da Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, que visa mudança na

metodologia de ensino, de maneira que o currículo venha agregar as experiências do aluno.

O projeto de extensão da Universidade tem como objetivo colaborar com a escola e professores no sentido da construção de um planejamento coletivo e interdisciplinar, que possibilite maior interação entre o saber curricular historicamente produzido e o contexto social do aluno. Esse planejamento traz consigo, além dos mecanismos tradicionais já estabelecidos, o fator “porções da realidade” (Corral, 2013).

Os currículos paranaenses atuais seguem as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, em especial analisado neste artigo o currículo da disciplina de Ciências Naturais que pode ser modificado pelos integrantes da escola levando em consideração as características da mesma. Mas, infelizmente não existem diretrizes disciplinares específicas para o campo, o que desfavorece uma completa educação para o campo.

Contudo, o educador tem a oportunidade de buscar novas adaptações, buscando um melhor currículo para a educação do campo. Na disciplina de ciências, o currículo tem como seu objeto de estudo o conhecimento científico, que parte da investigação da natureza.

A ciência pode ser considerada:

[...] um conjunto de descrições, interpretações, teorias, leis, modelos, etc, visando ao conhecimento de uma parcela da realidade, em contínua ampliação e renovação, que resulta da aplicação deliberada de uma metodologia especial. (Freire – Maia, 2000, p.24).

Historicamente a disciplina de ciências foi agregada ao momento que a sociedade estava vivendo, ou seja, em determinado momento o conteúdo da mesma deveria possibilitar o alcance e apreensão da relação homem-natureza e sociedade. Com a expansão tecnológica houve a necessidade de agregar à disciplina de ciências como que se dava a produção e a utilização tecnológica. Enfim, a disciplina de ciências, deveria servir como base na formação humana atrelada ao momento cultural em que a sociedade está vivenciando.

A disciplina de ciências recebe influência de diversas áreas, sendo as principais: a biologia, química, física, astronomia e geologia. Partindo destas áreas temos um currículo bem diversificado, capaz de atrelar o conhecimento popular ao científico, agregando ao método valores da própria cultura.

Nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica Ciências (DCE-Ciências) do Estado do Paraná, cita os conteúdos estruturantes que devem servir como base e nortear o trabalho dos professores da rede estadual de ensino, sendo eles: Astronomia, Matéria, Sistemas Biológicos, Energia e Biodiversidade, que devem utilizados em todas as séries do Ensino Fundamental II, a partir da seleção de conteúdos específicos condizentes com o nível cognitivo dos educandos.

Podemos exemplificar parcialmente o currículo da disciplina de ciências de um sexto ano:

Astronomia	<ul style="list-style-type: none"> • Universo • Sistema Solar • Movimentos terrestres e celestes;
Matéria	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição da matéria;
Sistemas Biológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Níveis de organização celular;
Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Formas de energia; • Conversão de energia; • Transmissão de energia;
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Organização dos seres vivos; • Ecossistemas; • Evolução dos seres vivos;

Estes conteúdos deverão compor o plano de trabalho docente, visando à construção do conhecimento pelo educando favorecendo sua integração com o meio em que está inserido.

Para obter realmente um currículo que detenha as reais necessidades dos educandos do campo, é necessário a busca por informações precisas sobre o local onde vivem os educandos. Com isso, aproximar os conteúdos básicos do currículo com o modo de vida, tornando o estudo mais significativo e prazeroso.

METODOLOGIA

O presente trabalho de caráter exploratório buscou informações sobre o histórico da educação do campo, sobre o currículo e mais especificamente sobre as modificações necessárias para o currículo de ciências do Ensino Fundamental II.

A leitura de artigos referente a assuntos pertinentes ao campo auxiliou no entendimento e amadurecimento de conceitos vivenciados nas escolas do campo. Os estudos caminham para um único objetivo melhorar a qualidade de ensino das escolas do campo. A leitura associada à prática de trabalho docente fortalece os laços e estreita caminhos, visto que o professor tem aonde se basear para ir em busca de propostas de ensino mais adequadas para seus educandos.

Além dos artigos a pesquisa também teve como base a leitura de livros como os Cadernos Pedagógico Educandos e Educandas – ProJovem Campo – Saberes da Terra volume 3 e 5. O volume três trata da Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas, onde foi possível encontrar conteúdo suficiente para entender a organização política do campo que pode ser o início de qualquer pretensão de mudança dentro de uma comunidade. O volume cinco apresenta desenvolvimento sustentável que busca na educação, sua principal aliada, para o desenvolvimento pleno.

Através de todas as leituras realizadas para a escrita deste artigo e para complementar a pesquisa, houve uma pesquisa de campo colhendo informações sobre o Projeto de Extensão desenvolvido pela Coordenação de Educação do Campo da Universidade do Centro Oeste – UNICENTRO e do Inventário¹, desenvolvido no Colégio Estadual do Campo Padre Victor Coelho de Almeida, localizado no Distrito Rio XV de Baixo, município de Pitanga Paraná, que visa o melhor preparo docente para atuação nas escolas do campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o estudo detalhado do currículo da disciplina de ciências, em específico de um sexto ano, conclui-se que está muito distante das reais

¹ Em anexo.

expectativas dos educandos e dos educadores do campo. A adaptação curricular específica para o campo é fundamental para a melhoria da qualidade de ensino.

Diante da análise da DCE de Ciências, é possível verificar que a ação do ser humano na natureza é contínua e resulta na produção de conhecimentos que são transmitidos através da cultura. A melhor maneira do pleno desenvolvimento de um currículo da disciplina de ciências para as escolas do campo é a soma dos elementos culturais, do trabalho e o processo educacional.

O Colégio Estadual do Campo Padre Victor Coelho de Almeida buscou planejar ações pedagógicas a partir da realidade na qual está inserida. Uma das ações foi realizar um inventário com a coleta de dados sobre as formas de trabalho, lutas e movimentos sociais e forma de organização, aspectos culturais e fontes educativas do meio. Esta pesquisa foi realizada pela equipe pedagógica do colégio juntamente com a comunidade, no ano de 2013, com objetivo de orientar os educadores na elaboração de uma proposta curricular adequada com a realidade e o interesse dos educandos.

Agregando temas baseados no inventário e de acordo com a área de interesse teremos uma sugestão de adaptação curricular parcial visualizada no quadro abaixo:

Astronomia	<ul style="list-style-type: none"> • Universo • Sistema Solar • Movimentos terrestres e celestes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Influencia da Lua na agricultura; • Plantio de acordo com os movimentos terrestres (estações do ano).
Matéria	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição da matéria; 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise do solo propriedade; • Análise da água disponível na propriedade.
Sistemas Biológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Níveis de organização celular; 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificando dentro do ecossistema as principais características dos seres vivos.
Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Formas de energia; • Conversão de energia; • Transmissão de energia; 	<ul style="list-style-type: none"> • Visita a hidrelétrica: Itaguaçu ou São Jorge.
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Organização dos seres vivos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento dos animais nativos da região;

	<ul style="list-style-type: none"> • Ecosistemas; • Evolução dos seres vivos; 	
--	---	--

A partir daí, o professor juntamente com a equipe pedagógica organiza este modelo de currículo bimestralmente inserindo nele sua metodologia de ensino. Com o inventário os professores trabalham de forma transdisciplinar aproveitando os recursos que o próprio campo lhe oferece. Diante destas modificações o educando reconhecerá a escola como ponto de partida para o desenvolvimento pessoal e da comunidade e não apenas como transmissora de conteúdos direcionados às escolas do centro urbano.

Neste sentido, as contribuições advindas da Educação Popular adquirem ressonância e se constituem como germes para a superação das práticas “tradicionalistas” e sem sentido “que parecem estar tão imbricados com o ensino de Biologia e das Ciências como um todo”. (Gomes, M. Tábata, 2012 p.10).

CONCLUSÃO E OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração estes aspectos teremos um currículo atrativo e digno de ser trabalhado com educandos do campo, que merecem respeito pelo seu conhecimento popular, e possuem o direito de aprimorar este conhecimento com conceitos científicos. É imprescindível que todos se conscientizem de que o currículo deve ser adaptado à realidade dos educandos e não padronizado para possa favorecer um aprendizado atrativo e possibilite o crescimento pessoal e profissional dos envolvidos.

Para finalizar está escrita sugiro a leitura ponderada das colocações do agricultor familiar Antonio Cícero de Souza¹:

“Que não é só para ensinar aquele ensininho apressado (...) então que podia ser um tipo de educação até fora da escola, da sala. que fosse assim dum jeito misturado com o de todo dia da vida da gente daqui. que podia ser um modo desses de juntar saber com saber e clarear os assuntos que a gente sente (...),(...) exemplo assim de começar pelas coisas que o povo sabe (...) e vou dizer mais, eu penso que muita gente vinha ajudar, desde

que a gente tivesse como acreditar que era uma coisa que tivesse valia mesmo. uma que a gente pudesse fazer e tirar todo o proveito (...).(...)pra toda gente saber de novo o que já sabe, mas pensa que não. parece que nisso tem segredo que a escola não conhece. (...) quer dizer, dum jeito que pudesse juntar o saberzinho da gente, que é pouco, mas não é, eu lhe garanto (...). Então era bom. Então era. O povo vinha. Vinha mesmo e havia de aprender. E esse, quem sabe? é o saber que tá faltando pro povo saber?”

Este texto teve a pretensão de instigar o leitor a buscar mais e mais sobre melhorias curriculares, por isso, não podemos considerá-lo como concluído, mas um ponto de partida para novas leituras e muitas mudanças.

¹ Extraído do Eixo Temático II – Educação do Campo – Contextos Campesinos: Qual a educação? Por Rogério Caliarí, Professor do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo - IFES - Campus Itapina. Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo– PPGE – CE – UFES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIO, Clésio A.; Lucini, Marizete. Ensinar e Aprender na Educação do Campo: Processos Históricos e Pedagógicos em Relação. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 177-195, maio/ago. 2007 177 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> acessado em 18/01/2014.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A escola do campo e a pesquisa do: metas. In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 103- 116.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. Brasília, DF, 2001.

BRASIL, LEI n.º 9394, de 20.12.96, Estabelece as Diretrizes Curriculares e Bases da Educação Nacional, in Diário da União, ano CXXXIV, n. 248, 23.12.96.

CALIARI, Rogério. Contextos Campesinos: Qual a educação? Eixo Temático II – Educação do Campo.

CARVALHO, V. S. de. Reflexões sobre a dinâmica entre Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário: o lado verde da linha amarela. In: PEDRINI, A. G. (Org.). O Contrato Social da Ciência, unindo saberes em Educação Ambiental. Petrópolis, Vozes, 2002, p. 185-200.

CIDADANIA, Organização Social e Políticas Públicas: Caderno Pedagógico Educandas e Educandos/ Coordenação: Armênio Bello Schmidt, Sara de Oliveira Silva Lima, Wanessa Zavarese Sechim. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo-Saberes da Terra.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1998. Disponível em: www.presidencia.gov.br/estruturapresidencial/sepm acessado em 15/02/2014.

CORRAL, Esquerdo Claudemir. Educação do campo: a experiência de participar de uma mudança metodológica. UFTPR- CM (Campo Mourão), 2013.

DEPARTAMENTO de Ensino Fundamental. Educação do Campo: Cadernos Temáticos, Curitiba: SEED, 2005.

DESENVOLVIMENTO Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial: Caderno Pedagógico Educandas e Educandos/ Coordenação: Armênio Bello Schmidt, Sara de Oliveira Silva Lima, Wanessa Zavarese Sechim. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo-Saberes da Terra.

EIXO Temático II – Educação do Campo – Contextos Campestres: Qual a educação? Por Rogério Caliar, Professor do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo - IFES - Campus Itapina.

EXPERIENCIANDO a Educação do Campo. / Organizadores: Maria Isabel Farias; Valentim da Silva; Douglas Hamermuller Ortiz; Edina Vergara; Lourival de M. Fidelis; Mauricio Cesar Vitória Fagundes; Silvana Cassia Hoeller. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2013.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do Campo: Um Olhar Histórico, Uma Realidade Concreta. Revista Eletrônica de Educação. Ano V. Nº9, jul./dez.2011. Disponível em: http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2012/1/413_546_publipg.pdf acessado em 20/01/2014.

FREIRE-MAIA, N. A Ciência por dentro. Petrópolis: Vozes, 2000.

INDAGAÇÕES sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura / [Antônio Flávio Barbosa Moreira, Vera Maria Candau] ; organização do documento Jeanete

Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acessado em 17/03/2014.

LEITE, S.C. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999. Souza, Maria A. de. Educação do Campo: Políticas, Práticas Pedagógicas e produção científica, *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008 1089 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 18/01/2014.

NETO, Jorge Megid; FRACALANZA, Hilário. O Livro Didático de Ciências: Problemas e Soluções. *Ciência & Educação*, v.9, n.2, p.147-157, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/01.pdf>. Acessado em 18/01/2014.

Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná. Curitiba: SEED, 1990.

Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação do Estado do Paraná. Educação do Campo. Curitiba: SEED, 2006.

Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação do Estado do Paraná. Ciências. Curitiba: SEED, 2008.

Projeto Político Pedagógico nas Escolas do Campo. / Organizadores: Maria Isabel Farias; Valentim da Silva; Douglas Hamermuller Ortiz; Edina Vergara; Lourival de M. Fidelis; Mauricio Cesar Vitória Fagundes; Silvana Cassia Hoeller. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2013.

SACRISTÁN, J. Gimeno; *O currículo: uma reflexão sobre a prática*, 3ª ed, Porto Alegre: ArtMed, 2000.

ANEXO 01.

Inventário realizado pela equipe pedagógica juntamente com a comunidade escolar e local no Distrito de Rio XV de Baixo – Pitanga-PR, no ano de 2013.

TRABALHO	LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS e FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	ASPECTOS CULTURAIS	FONTES EDUCATIVAS DO MEIO
<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho assalariado no Agronegócio - Trabalho assalariado na Agricultura Familiar - Diversificação na produção: soja, milho, feijão leite, suinocultura, fumo, bicho da sida e plantas medicinais. - Trabalho na agricultura mecanizada e manual - Trabalho temporário (construção civil – usina hidroelétrica); - Criação do bicho da Seda. Horta para comercialização, - Produção e fabricação das vassouras; - Tendas de comercialização na beira da BR. - Experiências com agroecologia, - Turma de Pronatec Campo – Agricultura orgânica. -Comercio local: bares, mercearias, botecos, pequenas confecções. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sindicatos de trabalhadores rurais e patrona. - MST - SISMUP/APP - Pastoral da criança -Formas diferenciadas de organização das comunidades -Grupo de jovem -Clubes de mães -Cooperativas Agrícolas -Coacepa – Coorlaf -Associação do Bicho da Seda, Leite e água. -Merenda (PNAE/PAA); -Cooperativas de Crédito: CRESOL – SICREDI. -Cooperativas Agrícolas COAMO/C.VALE/CAMPAGRO; -Postos de Saúde -Assentamento, Pequena propriedade e Fazendas. - País analfabetos ou com pouca escolaridade; - Famílias de baixa renda - Aposentadas e Aposentados; - Famílias sem Energia Elétrica -Estudantes sem educação básica -Movimento migratório permanente; -Condições das estradas visuais: precárias, sem manutenção; 	<ul style="list-style-type: none"> - Religiosidade: Ritos Romano e Ucraniano; - Festas Religiosas, comunitárias, escolares e pagãs; - Igrejas: Evangélicas, Católica e Ucranianas; -Famílias de origem indígena, ucraniana, alemã, polonesa, italiana, africana e BRASILEIRA; - Erotização precoce e sexo na infância e pré-adolescência; -Vícios: drogas, alcoolismo, tabagismo e jogos de azar. - Casamento Precoce. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sítios Arqueológicos; -Rios: Rio Pitanga, Rio borboleta; Rio XV Rio Corumbataí Rio Liso/Das Pedras Rio bandeira Rio Das antas Rio Vorá Rio Arroio Grande - Açude - Tanques - Moinhos e monjolos desativados; - Limites com os munic.: Manoel Ribas, Nova Tebas, Mato Rico, Boa Ventura de São Roque e Santa Maria do Oeste. - Caminho de Peabiru; Hidroelétricas: Itaguaçu e São Jorge; - Mata Ciliar pertencente ao terreno escolar; - Terra da Escola; - Território perpassado pela Pr 460 e 466, estradas municipais e visuais, -Presença forte da araucária; - Duas escolas estaduais e Duas municipais; - Relevo em forma de planalto (morros);